



O GOLPE PARLAMENTAR DE 2016, O APRENDIZADO COM OS GOLPES DO SÉCULO XX E OS DESDOBRAMENTOS DO GOLPE: UM ENSAIO SOBRE HISTÓRIA IMEDIATA DO BRASIL

Rodrigo Santos de Oliveira*

Fransmar Costa Lima**

Resumo: Em 31 agosto de 2016 encerrou-se o processo que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do poder. Do ponto de vista formal podemos compreender a destituição da chefia do Poder Executivo como um golpe de estado, substituindo a força das armas pela articulação política entre parcelas majoritárias do Poder Legislativo em ambas as casas – Congresso e Senado – e a cúpula do Poder Judiciário, por meio do Superior Tribunal Federal. Por sua vez, o golpe de estado foi “maquiado” e vendido como “legal”, tendo em vista que não houve uma ruptura explícita, pois, o recurso usado foi um instrumento constitucional: o impeachment. A “originalidade” do golpe de 2016 pode ser visto como um fenômeno isolado ou como um aprendizado a partir de rupturas institucionais do século XX. É dentro dessa segunda perspectiva que vamos analisar o *impeachment* de Dilma Rousseff no presente ensaio.

Palavras-chave: Impeachment. Golpe de Estado. Deposição de Dilma Rousseff. História do Tempo Presente. História Imediata.

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

No presente ensaio vamos discorrer sobre o golpe parlamentar que depôs a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Optamos pelo caráter ensaístico na construção do texto por duas razões. A primeira para ter uma liberdade maior de reflexão sem os “grilhões” das fontes. Seguindo a visão do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1967), seria a ciência sem a prova escrita. A segunda é pela forma do próprio estilo ensaístico, pela proximidade maior com o leitor. É um tipo de texto que possibilita despertar o interesse no leitor, permitindo-o buscar mais informações ou instigando-o a pesquisar e a produzir sobre o tema.

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande. *E-mail:* oliv.rod@hotmail.com

** Doutorando (Bolsa Capes) e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel e Licenciado em Filosofia. Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Kierkegaard. *E-mail:* fransmar@uol.com.br

No artigo intitulado *Um ensaio sobre o ensaio*, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, o historiador e professor de História das Ideias, Peter Burke (2001), deixa claro que o caráter de expressão simples permite uma interação maior com o leitor. É um tipo de produção intelectual que tem ressurgido nas Ciências Humanas.

Para o filósofo alemão Theodor Adorno (2003, p. 27), "O ensaio suspende ao mesmo tempo o conceito tradicional de método. O pensamento é profundo por se aprofundar em seu objeto e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo a uma outra forma". Em outras palavras, o ensaio permite o aprofundamento na reflexão sem o rigor do método científico tradicional.

MAIS UM ABSURDO GLORIOSO PARA O NOSSO PASSADO

Em 1993, a Legião Urbana lançou o álbum "O descobrimento do Brasil". O contexto do período era o *Impeachment* de Fernando Collor de Mello e a principal música do álbum era *Perfeição*, que teve um grande impacto. Uma violenta crítica social, cultural e política. Consideramos uma das estrofes, um trecho atemporal, que pode ser aplicado a vários momentos da História do Brasil:

Vamos celebrar nossa bandeira
Nosso passado de absurdos gloriosos
Tudo que é gratuito e feio
Tudo o que é normal
Vamos cantar juntos o hino nacional
A lágrima é verdadeira
Vamos celebrar nossa saudade
E comemorar a nossa solidão

Quando analisamos o processo político brasileiro percebemos uma série de absurdos glorificados por meio dos livros de História, marcados principalmente pela visão dos vencedores – a mesma elite que sempre explorou e oprimiu a população. Dessa forma, governos foram impostos pela força das armas e moldaram a sociedade brasileira. Frases "chavões", popularmente utilizadas, como "cada povo tem o governo que merece" e "o brasileiro é um povo acomodado" escondem no seu âmago a opressão histórica exercida pelos donos do poder, os mesmos que dominavam a Casa-grande e detinham todas as chaves das senzalas, e que, mesmo depois da abolição, seguiram a dominação com outras roupagens.

Quando olhamos o Brasil em perspectiva histórica percebemos que o século XX teve um diferencial em relação ao século XIX: a participação popular no jogo político e social. Não é à toa que em 1924 foi criado o Departamento de Ordem Política e Social, o qual objetivava controlar dissidências políticas e o movimento sindical, diante da constante politização que

se refletiu em greves e levantes civil-militares. Pouco tempo depois da criação do DOPS, em 1924, o então Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada proferiu a célebre frase: "façamos a revolução antes que o povo a faça". Dessa forma, tornava-se explícito o temor da elite dominante sobre qualquer possibilidade de ascensão política das classes populares.

Quando analisamos a História Política recente do Brasil, percebemos que o "fantasma do comunismo", utilizado desde a década de 1920 como justificativa para repressões e golpes, tinha como uma das bases estabelecer o controle social sobre as camadas populares, evitando sua ascensão econômica, política, cultural e social.

Um gráfico apresentado na *Revista Forum* de 23/02/2017 mostrou que os quatro momentos em que o salário mínimo garantiu o maior poder de compra, desde 1940, foram exatamente anos de grande tensão e instabilidade política: governo Getúlio Vargas (1954), governo Juscelino Kubitschek (1956-1957), governo de João Goulart (1964) e governo Dilma Rousseff (2016). Nota-se que nos quatro momentos ocorreram movimentações golpistas. No caso de Vargas, o suicídio do presidente freou o golpe que estava em curso. Juscelino só tomou posse devido a um golpe preventivo. João Goulart e Dilma Rousseff foram apeados do poder por golpes. O primeiro com um golpe militar e a segunda com um golpe parlamentar.¹

Logicamente, não podemos nos balizar apenas na questão do salário mínimo, mas também há outros fatores.

O acesso à Educação é um deles: Getúlio Vargas, em seu processo de criação de um projeto de industrialização, precisou universalizar o ensino, garantindo acesso a uma grande parcela da população para atender as necessidades do mercado. João Goulart, por sua vez, radicalizou ainda mais, sendo um dos pilares das reformas de base, utilizando o Método Paulo Freire para universalização do ensino e uma profunda reforma universitária. Já o governo Dilma Rousseff culminou na grande expansão universitária, iniciada por seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, garantindo que milhares de pessoas carentes tivessem acesso ao ensino superior. Tal acesso ocorreu por uma expansão física do número de universidades públicas, além de auxílios a instituições privadas, assim como pela criação de cotas para grupos sociais e étnicos.

Também podemos ressaltar maior conscientização política e acesso à informação pelos meios de comunicação, fenômenos registrados tanto nos governos de João Goulart como no de Dilma Rousseff.

Dessa forma, 1964 e 2016 representam momentos de crescimento econômico, político e cultural dos grupos socialmente excluídos. As reações conservadoras, em ambos os casos, foram semelhantes no sentido de "estancar a sangria" do desenvolvimento popular.

1 - Dados interpretados a partir do gráfico disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/2017/02/23/grafico-compara-alta-de-salarios-com-golpes-e-bomba-na-internet/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Como pode ser visto, o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff não é um caso isolado. O dia 31 de agosto de 2016 entra para a história do nosso passado, marcado pela manutenção do *status quo* da elite dominante.

O PASSADO COMO APRENDIZADO

A uma historiadora ou um historiador que trabalham com a História do Brasil republicano, fica quase impossível visualizar o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente com mais de 54 milhões de votos, sem relacioná-lo com os golpes desferidos no século passado. É quase como se os golpistas de hoje utilizassem uma "cartilha" com aquilo que aprenderam no passado. Podemos retroceder aos anos 1950.

Em agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se no Palácio do Catete, mesmo local em que 16 anos antes, 1938, havia resistido bravamente ao atentado terrorista realizado pelos membros da extinta Ação Integralista Brasileira (AIB) e por outros grupos menores. Junto ao corpo de Vargas, caía por terra uma tentativa de golpe movida por violenta onda de difamações criadas pelo partido entreguista, denominado União Democrática Nacional (UDN). O partido do jornalista Carlos Lacerda, a UDN, havia sido derrotado nos pleitos de 1945 e 1950 pela "dobradinha" dos partidos criados por Vargas no pós-guerra, o Partido Social Democrático (PSD), composto por industriais, empresários e oligarcas nacional-desenvolvimentistas, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que representava os grupos trabalhistas e sindicais embebidos do populismo.

Diante da incapacidade das forças entreguistas em atingir o poder pela força das armas, Carlos Lacerda, o eterno Corvo, resolveu adotar um princípio do ministro da propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels: criar uma mentira e usar a repetição por meio da mídia de massas até que ela se tornasse uma verdade (LONGERRICH, 2014). Então, o Corvo criou a falácia do "mar de lama" de que o governo de Getúlio Vargas era um antro corrupto e criador de uma rede de corrupção nunca antes vista no país. Desde a derrota de Eduardo Gomes, em 1950, a mentira foi repetida até ser aceita pela grande mídia e pelos setores conservadores, ávidos em deter a crescente conscientização dos trabalhadores e entregar a troco de bananas as riquezas minerais brasileiras às "aves de rapina". Acossado e cercado por todos os lados, o já idoso Getúlio Vargas desferiu aquela que considerava sua última cartada: atentar contra a própria vida (SKIDMORE, 2010).

Desse evento, vieram os dois primeiros ensinamentos: campanhas de difamação por meio da mídia são a base para qualquer possibilidade de golpe; não colocar o adversário completamente nas cordas em que a própria sobrevivência esteja em jogo.

Com o episódio Vargas, a UDN teve seus planos frustrados mais uma vez, pois o suicídio gerou grande comoção entre a população e uma onda de nacionalismo que frustraria qualquer golpe no espaço de dez anos. Disso, surgiu o terceiro ensinamento: o "entreguismo" e

o golpismo devem usar o manto do nacionalismo, mesmo que a agenda política das forças golpistas seja antinacional e em defesa de uma pequena elite e do capital especulativo internacional.

No pleito do ano seguinte, 1955, mais uma vez a UDN foi derrotada pela "dobradinha" PSD/PTB, levando Juscelino Kubitschek à presidência. As conspirações seguiram, e JK teve um governo conturbado. Sua posse só ocorreu devido ao "golpe preventivo", liderado pelo general Henrique Teixeira Lott. As campanhas difamatórias na mídia seguiram, e o plano nacional desenvolvimentista de JK teve violentas resistências por parte da UDN e demais setores entreguistas.

Nas eleições de 1960, a UDN sabia que não conseguiria vencer, pois tinha consciência que a politização das massas já tinha atingido um considerável grau de desenvolvimento e que o povo não seria facilmente enganado pelo discurso entreguista e liberal dos udenistas. Por essa razão, a UDN articulou com um partido nacionalista de menor expressão, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), de Jânio Quadros. A ideia da UDN seguia o seguinte padrão: a campanha difamatória e as duas propostas nacionalistas (a da dobradinha PSD/PTB e a de seu aliado) levariam à vitória de Jânio Quadros e ele teria de negociar apoio da UDN no Senado e no Congresso para poder governar. Jânio Quadros venceu, mas o "tiro saiu pela culatra", pois o novo presidente fez um governo completamente incoerente e renunciou ao cargo sete meses depois, acusando as "forças ocultas" que não o deixavam governar. Mas as forças não eram ocultas: ele não tinha base de apoio e enfrentava resistência de ambos os lados, da oposição derrotada nas urnas e de seus aliados na eleição que estavam frustrados em seus planos políticos e econômicos. Aqui mais um ensinamento: nunca apostar em um partido pequeno ou médio para atingir a cabeça do Executivo e esperar que ele seja completamente subserviente.

Diante do caos da renúncia, havia uma certeza: a Constituição não podia ser respeitada para permitir que o vice, João Goulart, que era da dobradinha PSD/PTB, assumisse a presidência – na época presidente e vice eram eleitos de forma independente. Aproveitando que Jango estava em visita oficial à China, a UDN e as demais forças golpistas articularam para impedir sua posse. No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola organizou a Campanha da Legalidade em 1961 e conseguiu garantir a posse de Jango diante de um acórdão: o país passaria por um período de parlamentarismo – fato inexistente na Constituição de 1946. Aqui surgiu mais um ensinamento: as leis podiam ser deturpadas desde que o Judiciário – através do Supremo Tribunal Federal – estivesse de acordo.

Por meio de um plebiscito, Jango retomou o poder presidencialista, frustrando mais uma vez os planos da UDN. Carlos Lacerda, o Corvo, reiniciou a campanha de difamação, corrigindo seus erros de 1954: atraiu para sua liderança todas as forças descontentes, até mesmo os antigos integralistas (fascistas da antiga AIB) que haviam criado o Partido de Representação Popular (PRP). Além disso, juntaram-se a eles forças conservadoras católicas como a Tradição, Família e Propriedade (TFP) e travestiram o golpismo com um manto nacionalista em defesa da "família" e da "nação".

Além disso, Jango sofreu forte oposição, tanto no Congresso como no Senado, e tinha dificuldades de gerir o Estado devido ao boicote parlamentar com "pacotes bomba" que transmitiam uma imagem de governo incompetente e inoperante diante da crise financeira, o que fazia com que parcelas da população sofressem e passassem a se opor ao governo. Aqui mais um ensinamento: crises podem ser expandidas por meio do boicote do Legislativo a todas as tentativas do Executivo em agir, criando uma imagem de fraqueza e gerando antipatia popular. Estratégia conhecida vulgarmente como *lockout*.

Logicamente, diante da crescente conscientização das massas populares e que eram imunes ao discurso golpista, tiveram que acrescentar um ingrediente ao golpe: as Forças Armadas. Assim, com uma forte campanha de difamação ao governo Jango, organizaram todas as forças políticas e mobilizaram todos os setores sociais conservadores nas ruas dando uma imagem de que todo o país se colocava contra o presidente.

Dessa forma, em 31 de março de 1964, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho – que em 1937 era integralista e sob ordens de Plínio Salgado escreveu o Plano Cohen que foi usado como desculpa para o Golpe do Estado Novo – desferiu o golpe militar colocando o país sob uma longa noite de escuridão e autoritarismo ditatorial.

Apesar de participarem ativamente do golpe, Carlos Lacerda e os udenistas foram enquadrados pelos militares, que tinham um projeto próprio de governo. Durante 21 anos, tentaram moldar pelo porrete da repressão e tortura a sociedade para transformá-la naquilo que acreditavam. Nesse período, porém, os militares foram astutos e mantiveram uma imagem fictícia de democracia e legalidade ao permitirem eleições diretas para alguns cargos e indiretas para outros. Claro que sempre tinham o cuidado de garantir que o partido que lhe dava sustentáculo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), tivesse a maioria diante do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Com isso, as forças golpistas aprenderam seus dois últimos ensinamentos: os militares não devem ser usados para tomar o poder por meio de um golpe militar, pois eles podem ter um projeto próprio que enquadre e/ou exclua as forças golpistas civis; manter uma imagem de democracia e que toda a ação golpista seja embasada nas leis vigentes, mesmo que essas precisem ser vilipendiadas.

Agora, diante do golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff, percebemos claramente que os ensinamentos citados acima foram aplicados à risca. A campanha de difamação foi amplamente divulgada pela mídia. Os setores políticos entreguistas utilizaram a imagem de um nacionalismo "verde amarelo" tendo como base as classes média e alta, analfabetas políticas, raivosas e preconceituosas contra as classes populares, mostrando arregimentação em manifestações-espetáculo televisionadas como um verdadeiro show de horrores pseudopatriótico, mas que causavam grande efeito entre a classe média e alta.

O caos econômico foi criado a partir de pautas bomba no Congresso e no Senado, as quais impediam que o governo Dilma aprovasse ações de contenção da crise econômica que era

mundial e que se refletia no Brasil. Para garantir que o golpe seria aprovado sem a necessidade de bater à porta dos militares – que podiam ser incontroláveis –, buscaram apoio junto ao Judiciário, que teve uma ação completamente politizada e sincronizada com as forças golpistas. A Constituição foi sendo ora rasgada, ora moldada para justificar um golpe, sem que houvesse comprovação de crime. As próprias "pedaladas fiscais" que foram usadas como base do golpe e não constituíam em crime de responsabilidade, dois dias depois se tornaram legais por meio da Lei 13.332/16 aprovada no Senado e sancionada pelo governo golpista, que permite agora o Executivo "pedalar" ao seu bel prazer.²

Assim, com a Constituição vilipendiada, mas com uma imagem de "legalidade democrática", o golpe passou no Congresso e Senado com apoio irrestrito do Poder Judiciário. Uma cartilha ultraneoliberal e antipopular que destrói conquistas sociais e trabalhistas – que foi negada pelas urnas em quatro eleições consecutivas e que já havia sido aplicada em várias partes do mundo, levando a economia mundial ao colapso em 2008, mantendo até os dias de hoje a economia global em crise – está sendo aplicada sem o crivo democrático das urnas.

O golpe parlamentar de 2016 foi eficiente em aprender com os erros e acertos de golpes e golpistas do passado. Porém, um fator foi esquecido na cartilha das forças golpistas: a mobilização popular e sindical. A democracia é feita nas ruas pelo povo. O projeto ultraneoliberal vai atingir todos os cidadãos deste país. E será exatamente esse mesmo povo que lutou no passado para derrotar as forças golpistas o responsável por derrotar o golpe de 2016.

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E OS DESDOBRAMENTOS IMPREVISÍVEIS

Como exposto anteriormente, o golpe parlamentar de 2016 utilizou lições de instabilidades do passado. O governo de Dilma Rousseff ruiu como um castelo de cartas sem chances de resistir, tendo em vista a união entre o Judiciário e a maioria de deputados e senadores nas duas casas legislativas. Contudo, a ruptura institucional advinda do 31 de agosto de 2016 deixou marcas profundas cujos desdobramentos são imprevisíveis.

Existe um campo de estudos dentro da História que tem por objetivo compreender os processos atuais e que ainda estão em desenvolvimento. Esta área é conhecida como "história do tempo presente" ou "história imediata" (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999). Trabalhar com tal perspectiva teórico-metodológica é sempre nebuloso para uma historiadora ou um historiador, já que os acontecimentos ainda estão em curso e não há como prever o seu desenrolar.

Por essa razão, a maioria dos historiadores trabalha, no mínimo, com um afastamento de três a cinco décadas de seu objeto, o que dá uma segurança para a análise. Assim, em linhas gerais, o processo de Independência do Brasil só passou a ser estudado a partir da década de

2 - Permite ao executivo "reforçar" em até 20% uma despesa prevista no orçamento do ano de 2016, desde que seja cancelado 20% de outra despesa.

1870, a Abolição e o advento da República nos anos de 1930-40, a Revolução de 1930 e a ditadura do Estado Novo entre as décadas de 1970-80. A Ditadura Militar só passou a ser "moda historiográfica" a partir dos anos 2000, e alguns pesquisadores já começam a se voltar para compreender o processo de redemocratização no pós-1985.

Por sua vez, a História, enquanto ciência, não é cíclica. Cada processo histórico é único no espaço e no tempo. Isso se deve ao tipo de desenvolvimento social, cultural, político, econômico e tecnológico de cada sociedade. E aqui está a armadilha que de vez em quando pega as historiadoras e os historiadores no "contrapé": acontecimentos que se assemelham aos que já ocorreram no passado.

Logicamente, sociedades podem ter questões e problemas semelhantes: se você olhar a cidade de Roma durante o Império Romano perceberá que ela possuía os mesmos problemas das megalópoles da atualidade: havia prostituição, delinquência juvenil, criminalidade, corrupção de políticos e autoridades públicas, uma elite que explorava o trabalho das camadas mais baixas etc.

Assim, historiadoras e historiadores de vez em quando são pegos nesse "contrapé" em seu tempo de vida, pois se veem diante de acontecimentos semelhantes àqueles que estudam. No Brasil, os desdobramentos políticos e econômicos advindos da crise de 2008 vieram depois dos protestos de junho de 2013 e culminaram no golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016. Ou seja, assim como no pós-1929, o mundo viu a ascensão de grupos, movimentos e partidos de extrema-direita e protecionismos que culminaram no nazifascismo, e estamos observando a ascensão de grupos, partidos e governos de extrema-direita com vieses xenófobos e protofascistas. Não é ao acaso que os britânicos optaram pelo *Brexit* (saída da União Europeia) com um discurso radical e que Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos com uma plataforma xenófoba e ultraradical.

Fenômeno semelhante acontece no Brasil com a ascensão do radicalismo da extrema-direita. Isso deu visibilidade a figuras como Olavo de Carvalho – o "guru" da nova extrema-direita tupiniquim – e colocou nos holofotes nomes como o de Jair Bolsonaro como presidenciável. Interessante notar que ambos, até dez anos atrás, não passavam de figuras caricatas e respeitadas somente por um pequeno grupo de seguidores. Hoje seus "acólitos" são milhares e estão atacando opositores nas redes sociais e nas ruas.

Como expusemos na parte anterior, o golpe de 2016 aprendeu com os golpes da segunda metade do século XX. O processo de *lockout* feito pela classe política sobre o governo Dilma Rousseff e que acarretou em sua deposição é muito semelhante ao que levou à morte de Getúlio Vargas e à queda de João Goulart. A diferença fundamental é que os militares foram apartados da "jogada" e manteve-se uma falsa imagem de respeito à ordem democrática. No entanto, esse processo histórico ainda está em aberto. A "sangria" que o senador Romero Jucá afirmava que deveria ser estancada com o *impeachment* para evitar que a podridão política fosse para a cadeia ainda não está fechada.

Aparentemente, o governo Michel Temer segue na luta para garantir que nenhum político de seu grupo acabe preso. Pelo que se pode ver, tal praxis é o norte da sua agenda política. O desespero é tal que sequer as aparências são mantidas, e a prova disso é a quantidade de investigados que ocupam cargos-chave, tanto no Executivo como no Legislativo. Temer, para garantir foro privilegiado a Moreira Franco, seu correligionário do PMDB, deu o cargo de Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. A nomeação de Moreira Franco resultou em uma batalha na justiça para impedir sua posse. Em 8 de fevereiro de 2017, de caráter liminar, PSol e Rede Sustentabilidade impediram a posse. Em 14 de fevereiro a liminar foi derrubada pelo Ministro do STF, Celso de Mello, e Moreira Franco foi empossado no cargo. Além disso, o presidente indicou seu Ministro da Justiça e Segurança Pública, Alexandre Moraes, para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) deixada pelo jurista Teori Zavascki – morto em situação nebulosa em um acidente aéreo. No STF, Alexandre Moraes irá julgar a Lava Jato como revisor no plenário do STF e os membros do governo Temer (apesar de muitos juristas considerarem que ele deva se considerar impedido em julgamentos que envolvam o PSDB), ou seja, terá condições de influenciar e “estancar a sangria”, como queria Romero Jucá.

Como afirmamos, analisar o tempo presente é nebuloso, pois existem vários fatores que dificultam a análise plena dos acontecimentos e nem todas as “cartas estão sobre a mesa”. Se por um lado o Executivo está conseguindo, aos trancos e barrancos, garantir que seus correligionários escapem da cadeia, o caos social está se expandindo rápido, tal qual a crise econômica.

Em janeiro de 2017 irromperam rebeliões em penitenciárias no Norte e Nordeste que deixaram um saldo de dezenas de mortes, expondo a fragilidade do sistema prisional brasileiro. No Espírito Santo, as medidas de “austeridade” do governo estadual da dobradinha PMDB-PSDB levaram a segurança pública ao colapso, acarretando em uma greve de policiais. A ausência de segurança levou a uma onda de violência sem precedentes, com o aumento vertiginoso de assassinatos, assaltos, arrastões, saques e depredações no comércio. O mesmo quadro ameaça se espalhar para outras regiões do país que adotaram modelos semelhantes em relação à segurança pública, como os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Além disso, o empresariado e os industrialistas que embarcaram no barco do “pato da FIESP” na crença de que teriam o estado mínimo de seus sonhos, o fim dos direitos trabalhistas e “lucros mil”, se veem diante da expansão da crise com falências de empresas e indústrias. Um governo que tem uma gestão esquizofrênica, de um lado está um partido extremamente fisiologista e que depende de cargos públicos – o PMDB – e do outro há um partido extremamente privatizador – o PSDB. Ou seja, o PSDB quer o estado mínimo, mas o PMDB precisa de um Estado com “gordas verbas” para saciar seus correligionários. Assim, o empresariado não consegue ter o estado mínimo que deixe o “mercado se autorregular”, não tem as reformas no Estado de seu agrado ou na velocidade desejada, muito menos está tendo a tão sonhada

estabilidade econômica. Por outro lado, a indústria nacional está sofrendo violentamente com o novo modelo de desnacionalização e também com o refluxo do mercado interno diante da crise econômica que se expande cada vez mais.

Dessa forma, diante da insatisfação popular com o quadro político pós-*impeachment*, com o caos social e econômico e com os setores empresariais e industriais insatisfeitos, algumas pessoas esperam ver no horizonte a possibilidade, mesmo que remota, da volta dos militares.

O que assusta em tudo isso não é o fato de os militares estarem sendo cotados novamente na equação, mas o fato de que, diante de tudo isso, a classe trabalhadora segue sem ter uma participação efetiva no processo. Ou seja, não faz oposição e muito menos se organiza. Aguarda passivamente o seu destino – aliás, um fato recorrente em nossa história. A população assistiu passivamente ao advento da República, a Revolução de 1930, a deposição de Getúlio em 1945 e a ditadura militar. E serviu de massa de manobra em 1964, 2015, 2016 e na destituição de Jango e Dilma, respectivamente.

Não há como prever o que ocorrerá nos próximos meses. Sabemos apenas que se a classe trabalhadora e a população em geral não se organizar será transformada em gado para o abate e sofrerá – como sempre sofreu – com as arbitrariedades daqueles que usurparam o poder do povo.

A história do tempo presente ainda está em aberto. O processo irá se encerrar com o tempo. Em algumas décadas, poderemos olhar para trás e ver que agimos de forma passiva e deixamos que se abatesse um destino trágico sobre nosso país. Ou poderemos voltar os olhos para o passado com orgulho, sabendo que fomos a primeira geração a não aceitar a tirania da elite, criando uma nova ordem de liberdade e democracia para o povo e para a classe trabalhadora. A história está diante de nós e nossos atos agora vão definir o desenrolar dos acontecimentos. Sejamos, então, as senhoras e os senhores dos nossos próprios destinos.

As forças golpistas aprenderam com os golpes que foram desferidos no passado, mas as forças populares também podem e devem ter o seu aprendizado sobre esse processo. No século XX observamos o medo das elites diante do *haitianismo*³ das massas populares. Essas mesmas elites lutaram e seguem lutando para manter o povo nas senzalas da opressão. Cabe ao povo não aceitar mais a opressão e mostrar que o século XXI pode e deve ser o tempo de emancipação do povo e dos setores progressistas na construção de uma sociedade justa, livre e democrática.

3 - O *haitianismo* refere-se ao temor derivado da revolução de escravos na colônia francesa de Sainte Domingue e que levou à independência do país com o nome de Haiti. Ocorrida entre 1791 e 1804 a revolução acarretou no extermínio da minoria branca europeia no poder pelos escravos. Ao longo do século XIX o termo era utilizado pelas elites escravocratas no continente americano para se referir ao medo de rebeliões de escravos. Com o fim da escravidão no continente o termo *haitianismo* passou ser visto como medo das elites dominantes diante dos setores populares. Tem um sentido semelhante à *Jacquerie* na Europa: de uma revolta de camponeses – com pilhagens e massacres – contra a nobreza no Norte da França durante a Guerra dos Cem Anos passou a representar rebeliões populares.

The Parliamentary Coup of 2016, the learning with the coup of the twentieth century and the consequences of the coup: an essay on the Immediate History of Brazil

Abstract: On August 31, 2016, the process that overthrew President Dilma Rousseff from power ended. From a formal point of view, we can understand the dismissal of the executive branch as a coup d'état, replacing the force of arms with the political articulation between the majority branches of the legislature in both houses – Congress and Senate – and the Judiciary, Through the Federal Superior Court. On the other hand, the coup d'état was "made" and sold as "legal", since there was no explicit rupture, considering the resource used as a constitutional instrument: impeachment. The "originality" of the 2016 coup can be seen as an isolated phenomenon or as learning from twentieth-century institutional ruptures. It is from this second perspective that we analyze Dilma Rousseff's impeachment in this essay.

Keywords: Impeachment. Coup d'état. Deposition of Dilma Rousseff. History of the Present Time. Immediate History.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2003.
- BURKE, P. Um ensaio sobre ensaios. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 maio 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1305200113.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- CHAUVEAU, A.; TETART, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- LONGERICH, P. *Joseph Goebbels: uma biografia*. São Paulo: Objetiva, 2014.
- MENDONÇA, M. G. de. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. São Paulo: Códex, 2002.
- ORTEGA Y GASSET. J. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Ibero-Americano, 1967.
- PAILLARD, B. História Imediata. In: BURGUIERE, A. (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- PORTO JR, G. (Org.). *História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 2007.
- SKIDMORE, T. *Brasil de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

Recebido em março de 2017
Aprovado em setembro de 2017